



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 17 - 2017/2021

Data da Sessão: 30 de Setembro de 2020

Início da sessão: 10:30 horas

Términus da Sessão: 14:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vitor Manuel Machado Gonçalves, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Vera Lúcia Marques da Silva, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Luís Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 17 - 2017/2021

30 de setembro de 2020

-----**INICIO**-----

---- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Análise e eventual deliberação sobre contratação de empréstimo a médio e longo prazo no âmbito do IFRRU2020.**
- 3) Discussão e votação de proposta relativa a prorrogação de prazo – Transferência de Competências nos termos do Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto.**
- 4) Discussão e votação de proposta relativa a prorrogação de prazo – Transferência de Competências nos termos do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto.**
- 5) Discussão e votação de proposta de abertura de Concurso Público Internacional para “Aquisição de Serviços de Prevenção da Floresta Contra Agentes Abióticos – Instalação e Manutenção de Faixas de Gestão de Combustível.**
- 6) Discussão e votação de abertura de Concurso Público Internacional PDR 2020 – Fase 1 – Estabilização de Emergência para o Município de Mação na área percorrida pelos Incêndios de Alvaiázere e Várzea de Cavaleiros.**
- 7) - Discussão e votação de proposta de reforço do Acordo de Execução celebrado entre o Município de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 8) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concurso Público por Lotes, para a Prestação de Serviços de Transporte de Alunos, no ano letivo de 2020/2021.**
- 9) Discussão e votação de proposta de Acordo de Financiamento dos Serviços de Transportes Públicos Essenciais – Médio Tejo – Período Escolar Set / Dez 2020.**

- 10)- **Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0,30% de IMI para 2021;**
- 11)- **Discussão e votação de proposta de lançamento de taxa de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos Passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação;**
- 12)- **Discussão e votação de proposta de fixação em 2,5% a participação variável do IRS a liquidar em 2021;**
- 13)- **Discussão e votação de proposta de redução da taxa de IMI para os agregados familiares, atendendo ao número de dependentes;**
- 14)- **Discussão e votação de proposta de devolução do montante pago em IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação.**
- 15)- **Discussão e votação de proposta de devolução do dobro do montante pago em IMI às Entidades Gestoras de ZIF;**
- 16)**Análise de Relatório de Auditoria do Revisor Oficial de Contas referente ao 1º semestre de 2020.**

Nesta sessão faltou o vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa, Luís Filipe Aparício Lopes.

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de 30 de junho de 2020 que, colocada à votação foi aprovada por maioria com uma abstenção. Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continua referindo que teve conhecimento através do Jornal Voz da Minha Terra, de um investimento realizado por um jovem do Concelho de Mação, cujo título do artigo era “Limoeiros na Bufareira” e congratula-se com este facto pois é um investimento no nosso concelho, realizado por um jovem agricultor que já criou postos de trabalho para além do seu e é um bom investimento em termos florestais pois cria descontinuidade na floresta, sendo que 4 hectares já é significativo e poderá ser um incentivo para que outros jovens queiram apostar nesta área, reduzindo assim o risco de incêndio. Deixa uma palavra de felicitações ao jovem Manuel Saldanha, desejando boa sorte para o seu investimento. Continua a sua intervenção deixando uma palavra de congratulação para a Associação Centro de Convívio de Capela, considerando que a criação desta associação é muito importante pois aquela povoação, da sua freguesia,

não terá muito mais de vinte habitantes residentes na mesma e, nesta altura, conseguiram congregar as pessoas e fazer uma associação, que também, na sua opinião, é importante no combate à desertificação e incentiva à visita dos naturais que estão fora e a Capela tinha muitas pessoas no Brasil e em Lisboa que, com certeza, terão agora mais um bom motivo para virem à sua aldeia. Considera ser uma boa iniciativa e parabeniza os promotores da mesma, desejando felicidades à nova associação. Continua referindo que, ontem, ao passar pela povoação de Degolados, verificou que existe uma placa toponímica a dizer Degolados, antes de uma placa que diz “Boas Vindas à Freguesia de Carvoeiro”. Considera que há ali uma inversão e que deverá haver algum cuidado nestas matérias porque em primeiro lugar deverá estar a placa indicativa do início da freguesia e somente depois o topónimo da aldeia. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente à Barca da Amieira e à travessia do Tejo, fez agora recentemente um ano da implantação da barca e questiona a Câmara, como sendo um dos territórios de uma das margens, se tem alguma informação estatística, económica, turística ou outra que ajude a avaliar o grau de utilização e utilidade daquele investimento. Ainda no âmbito da Barca da Amieira, e que já foi falado várias vezes, está em Plano de Atividades, o desenvolvimento de um plano de requalificação da margem direita do Tejo, naquela zona e solicita informação sobre se o mesmo teve já algum desenvolvimento. Mais informou que passou naquele local recentemente e verificou que a antiga barca se encontra lá, atracada na encosta e sugere se a mesma não poderá ser integrada, como peça real, na alusão que o espaço venha contemplar, na homenagem aos “Ratinhos da Beira”. Continua a sua intervenção referindo que se verifica, ao longo do nosso concelho uma certa atração de pessoas de outras nacionalidades por habitações no espaço rural, havendo vários casos no concelho. Solicita informação sobre número de estrangeiros a habitar no concelho de Mação para perceber a referida atração, traduzida em números. Refere que esse conhecimento por parte da Câmara será importante para ajudar a integração dos mesmos, que será um estímulo de bom acolhimento dessas pessoas que, se forem contactadas, ficarão satisfeitas com isso. Refere ainda que há um caso, em Carvoeiro, um inglês que comprou uma propriedade que tem uma habitação que está inserida num espaço bastante grande e, no qual foi recentemente aberto um acesso pavimentado em betão para aceder à zona mais alta da propriedade e, sem questionar o aspeto regulamentar permitido pelo PDM, do seu ponto de vista considera que poderá haver ali problemas de funcionalidade que poderão perturbar futuramente pois a encosta é muito íngreme, o escoamento do caudal

acumulado pelo pavimento e pelas valetas vai transportar pedras e sedimentos para a estrada. Mais refere que, nesta fase, talvez não fosse má ideia a Câmara ter um olhar técnico-crítico sobre o assunto de forma a evitar problemas futuros e até ajudar o proprietário na requalificação daquilo. Termina referindo que, relativamente aos Centros de Dia, que estiveram encerrados devido à pandemia covid 19, neste momento já terão a possibilidade de, a partir de agosto, poderem voltar a abrir. Questiona se a Câmara tem algum levantamento dessa situação para uma eventual ajuda àqueles que tenham mais dificuldades em abrir, impondo aos seus utentes a permanência em casa, passados 6 ou 7 meses desde que foram encerrados.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente à Educação, se há, nesta fase de pandemia, área com a qual nós nos temos preocupado e com que temos todo o cuidado quando não sabemos como funciona, é a área da educação. Informa que temos no nosso Agrupamento a maior concentração de pessoas que há no concelho, que são maioritariamente jovens e crianças e que, no cumprimento das regras nem sempre é tão fácil como podemos pensar. No entanto, fruto do trabalho de muita gente, da articulação de várias instituições, foi possível montar um modelo que, sem nos dar garantias absolutas, nos dá uma segurança bastante confortável. Mais refere que quer afirmar, de forma clara, que houve uma articulação muito estreita entre o Agrupamento e a Câmara Municipal e a mesma, em momento nenhum colocou algum entrave àquilo que era necessário adquirir para montar o nosso modelo e, hoje, temos um modelo montado, nem sempre totalmente concretizado, mas em bom caminho pois é possível encontrar aqui e acolá alguns comportamentos que são passíveis de chamada de atenção mas temos dado garantias que a escola não é, de longe, o sítio mais complexo e de mais fácil propagação da doença. E, neste contexto, refere que a escola já teve 3 casos positivos de covid que foram trabalhar durante alguns dias, antes do teste e, fruto dos cuidados de enquadramento, dos equipamentos de proteção individual, não infetaram ninguém, o que quer dizer que foi cumprido o que estava determinado e que, se todas as regras forem cumpridas é bem possível fazermos um travão muito sério na propagação desta doença. Mais refere que o funcionamento das escolas hoje é muito mais complexo do que diz respeito ao fornecimento das refeições e poderá haver crianças que vão dizer que tiveram poucos minutos para almoçar pois ainda estamos em fase de afinação e, nesta fase, é importante termos isso em conta, mas todos os jovens entram na escola com máscara e desinfetam as mãos, quando entram e saem da sala

voltam a desinfetar as mãos, todas as salas estão equipadas com gel desinfetante, os espaços partilhados são desinfetados antes e depois da utilização e cada jovem tem a sua carteira, o seu lugar e o seu património de utilização. Refere ainda que é importante trazer aqui esta informação no sentido da Assembleia Municipal ser informada que a articulação entre as instituições, a Saúde, a Câmara Municipal e o Agrupamento, está a funcionar. Continua a sua intervenção referindo que todos conhecem o projeto que está em curso das “Rotas de Mação”, com obra no terreno, com o envolvimento de muita gente, um projeto que começou da comunidade local mas que deu os seus passos e agora está a ganhar uma outra dimensão. Mais referiu que, no próximo sábado vão tomar posse os órgãos sociais da Associação Rotas de Mação e, se tudo correr como está previsto, pode ser uma associação que vai trazer claramente um impulso para algumas áreas que considera muito importantes. Na área ambiental pode ser um contributo importante nessa área, pode ser também um contributo importante em termos económicos, a forma como se divulga e se promove a gastronomia, alguns aspetos culturais, a articulação que está a ser feita com o Museu, com o Agrupamento de Escolas parece-lhe que este projeto é algo muito sério que deve ser olhado de forma muito séria e as pessoas que estiveram envolvidas neste processo desde o início estão claramente de parabéns. Mais refere que, se tudo correr como está previsto, pode ser uma associação que vai trazer um contributo importante para a qualidade de vida do concelho de Mação, por isso considera que todos os investimentos que a Câmara fez e o envolvimento pessoal do Sr. Presidente da Câmara foram todos muito bem empregues e deve ser encarado como um investimento muito produtivo para a qualidade de vida do nosso concelho.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção referindo que, pegando naquilo que o vogal José António Almeida acabou de referir relativamente às Rotas de Mação, deixa uma palavra de felicitações a esse grupo de pessoas que, de uma maneira voluntária e sem nenhum tipo de intenção, começaram este projeto, depois agarraram e é um projeto que traz mais valias em todas as áreas e ficamos todos muito felizes porque o concelho de Mação precisa de gente que traga ar fresco em todas as áreas, principalmente agora ao turismo. E em relação a esta área refere que, este ano, numa altura em que as pessoas tiveram medo de ir para locais onde havia muita gente, acabaram por vir para o interior e foi ótimo e, ao mesmo tempo um bocadinho perigoso pois havia muita gente nas aldeias que não sabíamos se vinham de Lisboa e havia um pouco de receio normal nesta conjuntura. Mais refere que, apesar disso, é bom que as pessoas venham, que se

fixem e, se não, pelo menos que venham ao fim-de-semana já é muito bom. Refere ainda que na sequência disto, questiona o executivo sobre se já foi reparado o acesso ao baloiço e ao miradouro pois, mesmo compreendendo que hajam outras prioridades, considera que era importante pois são locais que as pessoas gostam e isso verifica-se pela quantidade de pessoas que têm fotos nesses lugares como foto de perfil no facebook. Refere ainda o acesso ao Pego da Rainha, onde um carro mais baixo não passa. Mais refere que estes foram locais muito visitados, por isso considera importante que estes acessos estivessem preparados para receber os visitantes. Refere ainda que tem por hábito ir às praias fluviais do concelho, ao final do dia, com os filhos e, outra coisa que achou engraçado foi ter visto que havia mais gente no espelho de água da Ribeira d'Eiras que na praia fluvial de Carvoeiro. Questiona sobre se ali foi feito algum investimento, se foi limpo aquele espelho de água e qual é a intenção para aquele espaço, se fazer uma praia fluvial ou não, apesar dos terrenos pertencerem a privados, pois considera que aquele espaço é muito importante. Continua a sua intervenção referindo que, durante a fase de maior confinamento em que as pessoas não podiam sair de casa, a Universidade Sénior esteve parada, o Clube Sénior esteve parado, entretanto já retomaram algumas atividades mas há idosos que teimam em não fazer parte de nada e, neste sentido questiona sobre se o serviço de Ação Social tem acompanhado essas pessoas que estão sozinhas e, apesar de não quererem fazer parte de nada, precisam de apoio.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que há alguns dias foi surpreendido com a notícia de uma ação policial realizada no Campo de Tiro Municipal Cardigos e solicita informação sobre o que é que motivou toda aquela ação policial, com apreensão de armas e munições. Continuou referindo que alguns municípios têm feito publicidade do que gastaram excecionalmente com a pandemia covid 19 e, neste sentido, solicita informação sobre quanto é que a Câmara de Mação gastou e se o investimento está dentro daquilo que foi planeado para o mesmo, pois ainda há poucos dias foi divulgado que a Câmara, e muito bem, iria adquirir mais equipamentos de proteção.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continua referindo que, na sequência da sessão anterior, e no final da mesma, a bancada do Partido Socialista fez um requerimento, via Mesa, para que lhe fosse concedida uma cópia do projeto piloto da floresta para que pudessem ter conhecimento do mesmo, uma vez que era para ter havido um sessão extraordinária

sobre esse tema que não se realizou e até ao momento não foi entregue o solicitado pelo que solicita informação sobre em que situação se encontra a referida cópia para que lhes possa ser disponibilizada.

---O Sr. Vereador António Louro entregou o solicitado ao vogal José Fernando Martins, referindo que tinha solicitado o documento aos serviços e o mesmo acabou de ser entregue pelos mesmos.

--- O vogal José Fernando Martins continuou a sua intervenção referindo que um dos grandes lamentos do Sr. Vereador António Louro e que considera verdadeiro, é que muitas vezes os incêndios entram no nosso concelho, vindo descontrolados de concelhos vizinhos, o que se verifica também do Sardoal e de Vila de Rei e a verdade é que naquela zona desde Chão de Codes até à Louriceira, subindo até à Serra temos estradas municipais, no limite do concelho e nunca viu, naquelas estradas a preocupação da Câmara com a limpeza das mesmas nem de construção ali de faixas de baixa densidade, dado que estamos ali no limite do nosso concelho com Sardoal e Vila de Rei, de onde alguns fogos têm entrado, nomeadamente em 2017. Solicita informação sobre se, para aquela zona, está algo previsto em termos de faixas pois temos ali eucaliptos basicamente dentro do alcatrão. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à aldeia do Casalinho, quando se realizou a penúltima visita à freguesia de Aboboreira, a Câmara assumiu junto da população, mais ou menos um compromisso para construção de um novo depósito de água para abastecimento da aldeia uma vez que tem uma nascente e a captação fica mais funda que a aldeia e cada vez que se abre uma torneira numa casa, liga automaticamente uma bomba e se não houver eletricidade não corre e muitas vezes há problemas com o próprio contador da eletricidade, mas até ao momento nada foi feito. Compreende que este é um investimento per capita um pouco elevado pois os habitantes são poucos mas não tão elevado que não seja comportado pelo orçamento municipal e solicita informação sobre esta situação. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente aos arruamentos de Penhascoso e nomeadamente as intervenções que foram feitas ao nível das valetas, com a chuva intensa da semana passada, criou algumas inundações em várias habitações. Deixa o “desafio” à Câmara para que pudessem visitar os locais, em conjunto, pois certamente a Câmara terá conhecimento de algumas situações, havendo outras que são do seu conhecimento e que se tentasse criar ali soluções que pudessem resolver o problema das pessoas pois é mau quando o fogo se aproxima das nossas aldeias e das nossas casas mas também é mau quando a água nos entra pela porta

dentro numa altura de tempestade. Termina solicitando informação sobre se, desde a última sessão da Assembleia Municipal até hoje já houve alguma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção com uma palavra de congratulação e felicitações pelo investimento e trabalho desenvolvido pelo jovem agricultor Manuel Saldanha que a todos deve deixar orgulhosos e deseja felicidades para o empreendimento. Continuou a sua intervenção referindo que já passou algum tempo desde a decisão da justiça portuguesa a dar razão ao concelho de Mação no protesto que fez sobre a distribuição dos apoios aos concelhos afetados pelos incêndios de 2017. Mais referiu que foi dada razão ao concelho de Mação numa causa que nos uniu a todos pela injustiça que era para o nosso território, ao contrário de outros concelhos do país em que associações de lesados se juntaram para reclamarem os seus direitos, no concelho de Mação foi a Câmara a meter as ações e a conseguir vencer esta batalha. Referiu ainda que, na altura disse aqui, numa sessão da Assembleia Municipal que a Câmara tinha obrigação de apoiar outros cidadãos, associações que pretendessem recorrer aos tribunais para a reparação da injustiça nas indemnizações dos prejuízos a que não tivemos acesso. Mais referiu que importa recordar que, no mesmo ano, no concelho de Mação, que foi o concelho com mais área ardida, os empresários não tiveram isenção de impostos como noutros concelhos onde a área ardida foi pequena, as pessoas de Mação não tiveram uma majoração na formação profissional como tiveram noutros concelhos, as pessoas que perderam o gado, que perderam a agricultura de subsistência não tiveram essa ajuda, tendo a discriminação sido muito forte tanto em relação à Câmara como em relação às pessoas. Referiu ainda que foi importante para a Câmara e para o concelho a mesma ter tido a possibilidade de aceder a apoios que antes lhe foram negados, mas relativamente a pedidos de empresários ou associações de cidadãos que se sintam injustiçados, pois ainda estamos a tempo, solicita informação à Câmara se lhe chegaram alguns pedidos nesse sentido e se a Câmara estaria na disposição de dar apoio a esses pedidos. Considera que é importante que as pessoas saibam que esta possibilidade existe, não pode ser o poder público a protestar por elas pois não tem esse direito e daí o seu alerta. Continuou a sua intervenção referindo que todos nós temos ouvido falar das empresas de produção de cannabis para fins medicinais que conseguiram licenças para se instalarem em Mação e solicita à Câmara um ponto de situação relativamente a esta matéria, nomeadamente postos de trabalho, apoios da Câmara, entre outros. Termina a sua intervenção referindo

que, relativamente às Rotas de Mação, considera que é um ponto consensual entre todos, felizmente o turismo em Mação estava a crescer já há algum tempo e, agora com a pandemia covid 19, ainda mais. Mais referiu que, se o turismo estava a crescer, com a questão das Rotas de Mação, dão a conhecer muitas coisas que nós não conhecíamos do nosso concelho e traz muita gente para o concelho de Mação. Referiu que tem acompanhado este processo e solicita que a Câmara esclareça que tipo de apoios financeiros, de apoios estruturais é que a Câmara tem dado para este projeto.

--- O vogal João de Matos Filipe inicia a sua intervenção referindo que trabalhou toda a sua vida numa área em que se trabalhava para as pessoas e onde, nessa altura tal como hoje e hoje ainda mais, só passa para o público em geral as questões negativas e nunca as questões positivas, quando as questões negativas são, talvez, cerca de 1% de todas as outras. Mais referiu que, no âmbito do momento de pandemia que estamos a passar, para além de incluir neste grupo, a nossa Autarquia, e as Juntas de Freguesia, deixa uma palavra de agradecimento e enaltecimento pelo trabalho e o esforço que tem vindo a ser feito por todos os dirigentes das IPSS e Misericórdias do nosso concelho, a par de todos os trabalhadores dessas instituições pois não sabe o que seria, não só no nosso concelho mas em todo o país, se não fosse, desde há muitos anos, o trabalho social de todas as IPSS. Referiu ainda que não sabe o que seria a paz social deste país se não fosse o esforço dessa gente anónima, a custo zero, pro bono, a dar todo o seu coração e a sua alma na defesa dos mais desfavorecidos, não só a nível material mas também a nível físico porque são tarefas difíceis de mensurar os valores materiais que advém dessas pessoas e desses funcionários. Deixa a questão se todas as empresas têm a consciência (algumas têm, mas muito poucas) do que se reflete na produção dos seus funcionários, durante todo o dia, a tranquilidade de saber que o seu pai, a sua mãe ou os seus filhos estão bem entregues, pois se isso não acontecesse, os funcionários estariam fisicamente no seu posto de trabalho mas não estariam mentalmente e isso refletir-se-ia garantidamente na qualidade e na quantidade do trabalho. Referiu ainda que isto é imensurável e muito poucas empresas têm consciência disso mas, esta questão da pandemia tem trazido a lume a consciência de algumas dessas empresas que se estão a aperceber que, efetivamente, o trabalho das IPSS é extremamente importante. Relativamente às Rotas de Mação referiu que, para lá de todos os aspetos positivos que aqui foram referidos, há um aspeto que lhe saltou à vista e que lhe agrada muito que é o facto de tudo isto ser feito, na sua maioria, por gente jovem, gente nova, gente que se preocupa também com as questões do coletivo, quando alguns deles nem

residem no concelho de Mação e é o apelo das suas raízes que os leva a também se entregarem de corpo e alma a um projeto que pode engrandecer o seu concelho.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as intervenções de todos. Em seguida, e relativamente à intervenção do vogal Cardoso Lopes e à questão de toponímia da aldeia de Degolados, referiu que a questão tem de ser vista pois faz mais sentido da forma que referida do que o inverso. Continuou referindo que se associa ao manifestado sobre a Associação de Capela e informa que a Câmara já atribuiu um subsídio como forma de incentivo ao início da atividade da referida associação e considera que é, efetivamente, um motivo de congratulação e orgulho, nos momentos que vivemos, em localidades que, infelizmente têm cada vez menos gente, vemos que há pessoas que não desistem. Relativamente à questão da Barca da Amieira informou que, efetivamente estava prevista a realização de uma intervenção que não foi conseguido realizar e, em breve vai ser iniciada a recuperação de todo aquele empedrado desde a linha férrea até à zona da barca e sempre foi objetivo deste executivo preservar a barca que lá está e que é difícil de lá retirar mas para a qual há condições para a mesma ter outra dignidade e ser preservada pois como o vogal Cardoso Lopes disse, e bem, diz muito à população deste concelho e à memória deste concelho. Em relação à situação referida sobre caminho em propriedade, refere que não tem conhecimento da mesma mas é algo que os serviços terão de analisar e ser avaliado, de forma a que a situação possa ser ultrapassada. No que diz respeito aos estrangeiros que vêm viver para o nosso concelho, informou que, há cerca de três ou quatro meses, pediu essa informação pois compete à Câmara passar os atestados de residência dos cidadãos estrangeiros e, registados oficialmente, estavam cerca de 100 pessoas, com morada registada no nosso concelho. Mais referiu que é com alegria que vemos que se sente cada vez mais essa atração de pessoas de outros países pelo nosso concelho e, genericamente, pelo interior do nosso país. Considera que a Câmara deve fazer um esforço um pouco maior no sentido de criar, talvez, um maior mimo a essas pessoas e já passou pela ideia deste executivo ter alguém na Câmara para fazer o acolhimento dessas pessoas para que as mesmas se sintam mais enraizadas. Relativamente aos Centros de Dia que foram reabrindo, tem conhecimento que Penhascoso e Aboboreira reabriram. Mais referiu, ainda sobre esta matéria que, da parte da Câmara sempre houve total abertura para tentarmos encontrar as melhores soluções para que se possa fazer esta abertura com a tranquilidade possível e sente, na sequência de algumas reuniões que teve, um grande receio

relativamente a esta matéria e ao facto dos utentes entrarem e saírem se os circuitos não forem bem definidos e também, por vezes, por parte das famílias, nem sempre há a maior tranquilidade para que as pessoas possam regressar às instituições e outra parte da questão prende-se com situações de isolamento que muitas pessoas estão a passar pelo facto de, às vezes, não irem para os Centros de Dia. Mais referiu que esta é uma situação com alguma complexidade e que poderá ter repercussões a médio ou longo prazo, mas da parte da Câmara há total abertura para tentar ajudar naquilo que possamos ser uteis.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida e à questão da Educação, deixa uma palavra de felicitações ao Agrupamento de Escolas pelo esforço que fez, pela abertura que manifestaram no sentido de que as coisas corressem bem, no sentido de colherem contributos para a resolução de um problema que está em cima da mesa, que não é fácil, que está longe de estar resolvido e que vai ter muitos problemas ao longo dos próximos meses. Mais refere que tem conhecimento da preocupação do Diretor e do Agrupamento no sentido de criar todas as condições possíveis para que as coisas corram bem e também que esta preocupação do Diretor e do Agrupamento não é de setembro de 2020, é muito anterior, pois mal a questão do covid se levantou, quando havia alunos com aulas presenciais e outros à distância, já se verificava no Agrupamento uma grande preocupação no cumprimento das regras básicas de segurança para as coisas correrem bem e deixa a garantia que a Câmara estará sempre disponível para apoiar no esforço que está a ser feito pelo Agrupamento.

Relativamente às “Rotas de Mação”, sobre as quais houveram várias intervenções, refere que já várias vezes mencionou que o projeto nasceu da sociedade civil, de um grupo de pessoas, muitos deles que não residem no concelho, imbuídos todos de um espírito perfeitamente genuíno de dar algo pelo seu concelho e espera que o futura assim o venha a confirmar e a Câmara não podia, nesta matéria, negar o apoio que entendeu dar, no sentido de poder apoiar este grupo de pessoas. Mais referiu que sempre disse e mantém que não tinha, enquanto fosse Presidente da Câmara, a mínima intenção da Câmara se apropriar do trabalho que outros estavam a fazer, que não iria reclamar para a Câmara louros que não eram seus e sempre foi muito claro nesta matéria, independentemente das pessoas que insinuaram que a Câmara já estava a aproveitar o trabalho de outros para ficar bem na “fotografia”, razão pela qual, se no próximo dia 3 de outubro vai ser criada a Associação Rotas de Mação, foi muito por impulso seu pois aqueles que estão dentro deste projeto sabem que a criação desta

associação estava prevista somente para depois das próximas eleições. Mais referiu que, precisamente para clarificar águas e não haver confusões, para que as Rotas e os seus dirigentes e as pessoas que têm trabalhado imenso neste projeto, se sintam perfeitamente tranquilos para fazerem a gestão do projeto que iniciaram. Referiu ainda que há outra parte desta questão que são os investimentos com algum significado (dezenas de milhares de euros) que foram gastos no projeto por parte do orçamento municipal e esses investimentos têm de ser do conhecimento público, nomeadamente o portal que já está online e a marcação de todos os percursos que, apesar do esforço de muitos a ajudar a marcar os percursos, houve um conjunto de investimentos que tiveram de ser feitos e ainda falta fazer mais do dobro do que já foi feito e há um protocolo assinado entre a Câmara, Juntas de Freguesia, Associações e outros e a Câmara irá cumprir aquilo que está protocolado, como não poderia deixar de ser. Referiu ainda que há ainda uma outra questão que é lógica, que tudo o que tem a ver com questões de gestão do turismo, da promoção da Câmara, divulgação da Câmara e eventos em que a Câmara esteja ou não esteja, compete à Câmara tomar essas decisões e não o contrário, não querendo com isto dizer que a Associação das Rotas de Mação não possa ajudar, aliás pode e deve, mas a política de turismo e de lazer da Câmara é definida pelos eleitos locais pois são os mesmos que dão a cara pelas populações, são eles que vão a votos e que têm de prestar contas a todas as pessoas. Mais referiu que, aquilo que agora temos de fazer é trabalhar em conjunto, sabendo o que é que são as Rotas e sabendo o que é que é a Câmara, as Juntas, as Associações e aquilo que cada um tem de fazer e o protocolo está claro relativamente a essa matéria e as Rotas farão o seu trabalho pois felizmente têm muitas pessoas capazes para o fazer. Termina referindo que a Câmara agradece a todos e a cada um daqueles que perderam horas e horas do seu tempo, de forma voluntária, a dinamização e para o conhecimento do nosso concelho, de muitos locais que muitos não conhecíamos, de pequenas histórias que foram aparecendo, da divulgação que pretendem fazer daquilo que Mação tem de bom.

Em relação à intervenção da vogal Carla Loureiro, referiu que partilha tudo o que a mesma mencionou sobre o que foi o interesse no nosso concelho neste verão, pois é um facto. Mais referiu que, ano após ano a procura do nosso concelho tem subido de uma forma significativa e falando com os agentes económicos, nomeadamente dos alojamentos locais, isso tem-se verificado nos últimos 4 ou 5 anos, o que é um bom sinal. Referiu ainda que, em relação a este assunto tem de “puxar a brasa à sardinha” da

Câmara porque se as pessoas também vêm para cá é porque sentem alguns motivos de interesse, pelo nosso património, pelo baloiço, pelo miradouro, pelo Pego da Rainha, pelas nossas praias fluviais, pelas nossas piscinas pois uma família não passaria aqui vários dias se não tivessem sítios agradáveis para estar e, muitos desses sítios agradáveis foram realizados com investimento da Câmara e por decisões políticas por parte da Câmara. Deixa uma palavra de felicitação aos mais de vinte alojamentos locais que existem no nosso concelho, espalhados um pouco por todo o concelho e que são responsáveis por um conjunto muito significativo de pessoas que vêm para este concelho. Mais referiu que foi com alegria que verificou que tivemos um número acima do normal de projetos que entraram na Câmara durante o mês de agosto para licenciamentos, recuperação de habitações, telhados, etc, o que quer dizer, eventualmente também fruto da pandemia, que muitas pessoas estão a olhar para o património que já têm de família e estão a pensar em recuperá-lo, da mesma forma que é agradável saber da apetência que está a existir por um conjunto de habitações que estavam no mercado, nomeadamente na vila de Mação e em sedes de freguesia e que estão transacionadas ou em via de o ser e tudo isto são pequenos sinais que nos devem alegrar mesmo que estejam longe daquilo que, eventualmente quereríamos e muito longe de serem suficientes para ultrapassar muitos dos problemas que temos mas são sinais que devemos realçar.

Relativamente à questão do espelho de água, informou que os custos que a Câmara tem com a manutenção das praias fluviais e o Parque de Campismo são valores muito significativos e o espelho de água foi um investimento dos anos 80, pelo Presidente Elvino Pereira, que teve ali um problema que ainda hoje tem que é a titularidade dos terrenos. Mais referiu que, para além desse problema que a Câmara deve tentar resolver e está na intenção deste executivo fazê-lo, existe outro problema pois enquanto as águas de Lisboa e Vale do Tejo não resolver o problema da ETAR de Carvoeiro, não faz sentido a Câmara estar ali a tentar promover uma zona de banhos sem termos a garantia que a água que ali chega é de qualidade para o efeito. Informou que, por alguma razão a Câmara não tem potenciado a utilização daquele espaço, não quer dizer que a água esteja imprópria, não é disso que se trata mas não podemos também entrar numa proliferação de espaços que depois tornam as coisas um pouco ingeríveis pois, da mesma forma que temos o espelho de água, temos o Pego da Rainha e mais alguns como o Cabril, a Azenha do Cavaco, Vale da Mua e outros sítios que poderiam ser usufruídos pelas pessoas mas o problema é que quando se faz divulgação desses

espaços tem de ser garantido condições de segurança, de limpeza e um conjunto de regras que temos de ter e temos também de perceber o tipo de Câmara que temos, o dinheiro que temos e até que ponto é que devemos estar a incentivar que as pessoas vão para esses locais pois teremos de assumir responsabilidades e temos de ter algum cuidado nesta matéria. Considera que devemos todos fazer uma reflexão, conforme sugerido pela vogal Carla Loureiro, sobre aquilo que devemos ou não devemos vir a fazer.

Relativamente à questão sobre a Universidade Sénior e ao Clube Sénior informou que o Clube Sénior já tem desenhado o horário da sua atividade que irá retomar em breve. Em relação à Universidade Sénior referiu estar com imensas dúvidas relativamente ao assunto porque foi feita uma primeira abordagem juntos alunos que estariam disponíveis para retomar as aulas e mais de 50% estão disponíveis para o efeito e a dificuldade que está a ver é juntar 30 ou 40 pessoas com mais de 65 anos numa sala, para o efeito e há questões que têm de ser bem analisadas. Mais informou que vai reunir com as pessoas responsáveis para se ver se é possível dividir turmas sem sobrecarregar professores e falar com os professores para que tudo decorra em segurança. Considera que este assunto é delicado pois estamos a falar de pessoas com mais de 65 anos, de risco, em ambas as atividades e tem receio que algo possa correr mal.

Em relação ao questionado sobre as pessoas que estão sozinhas informou que, ainda hoje ou amanhã vai ser iniciada uma tentativa de contacto com os cerca de 3000 idosos do nosso concelho para a comemoração do Dia do Idoso, no qual as técnicas de Ação Social irão fazer para lhes oferecer uma pequena lembrança comemorativa desse dia. Mais informou que as pessoas que estão inscritas foram sendo contactadas no período mais crítico da pandemia e portanto, esta ação que vai começar hoje ou amanhã será uma boa ocasião para aferir a sensibilidade dessas pessoas e perceber como é que elas estão a reagir, nomeadamente as que estão mais fechadas em casa.

Em relação à questão colocada pelo vogal António Reis sobre as despesas com o covid, informou que já na passada sessão desta Assembleia referiu que a Câmara tinha gasto cerca de 300.000,00€, entre o que gastou e o que não recebeu. Informou ainda que, para além disto a Câmara tem cerca de 40.000,00€ a pagar na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo por um conjunto de aquisições de testes e outros que foram feitos em conjunto mas não houve alterações significativas em relação ao número que disse anteriormente.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins e à questão apontada da povoação de Casalinho, reconhece que o mencionado é um facto mas o assunto terá de ser remetido agora à Tejo Ambiente que fará a respetiva avaliação dessa matéria dentro daquilo que são os investimentos previstos, nos quais está prevista a solução desse problema pelo que considera que não faz sentido ir agora a Câmara fazer esse investimento. Mais referiu que, sobre o arruamento em Penhascoso mencionado, informou que recebeu ontem um email sobre o assunto e, no final da sessão poderão marcar uma data para visita ao referido arruamento como sugerido pelo vogal José Fernando Martins. Relativamente às reuniões da Comissão Municipal d Proteção Civil, informou que houve reuniões entre as duas sessões desta Assembleia.

Em relação à intervenção do vogal Duarte Marques, associou-se às felicitações dirigidas ao jovem agricultor Manuel Saldanha pois é um jovem que vive no concelho e fez um investimento na área agrícola, que é muito importante e que a Câmara já apoiou e não deixará de apoiar como apoia todos os empresários no nosso concelho.

Relativamente aos incêndios referiu que, desde a primeira hora que disse e escreveu que a injustiça, a discricionalidade e a falta de apoio que foi dada ao concelho de Mação foi o mesmo que foi dado às empresas e às pessoas do nosso concelho e aquilo que a Câmara fez foi aquilo que podia fazer na altura, que era intentar uma ação judicial em nome do município, em nome de todos nós. Mais referiu que também sempre disse que era fundamental termos aquele ganho de causa para haver ali uma analogia para aquilo que as pessoas podiam reclamar e que sistematicamente denunciou. Mais referiu que sem a vitória por parte da Câmara, seguramente que haveria dificuldade em comprovar a realidade da falta de apoio às empresas e às pessoas. Referiu que é evidente que a Câmara não pode, juridicamente, substituir-se às pessoas e intentar uma ação judicial para que as mesmas sejam ressarcidas de eventuais prejuízos. Informou que temos 3 anos até ao trânsito em julgado da sentença e aquilo que pode dizer e que já o disse no passado é que, havendo uma ação popular nesse sentido, havendo uma associação que seja criada nesse sentido, havendo empresas que estejam em condições e entendam que vale a pena fazer alguma coisa, a Câmara está disponível para dar o apoio jurídico que puder ser dado para que as coisas aconteçam.

Relativamente às empresas de produção de cannabis para fins medicinais, informou que existem 3 empresas com pré licença atribuída pelo Infarmed para o nosso concelho, uma delas para a Zona Industrial de Ortiga e deixa um elogio público à Junta de Freguesia de Ortiga na pessoa do seu Presidente Rui Dias pela forma como soube estar

disponível para colaborar na efetivação deste projeto no concelho de Mação e em concreto na freguesia de Ortiga, que é o que está a andar com mais rapidez e, a partir de meados de novembro haverá obra no terreno e iniciar-se-á também o recrutamento de pessoas. Mais informou que outra empresa ficará instalada junto ao cruzamento que vai para Rosmaninhal e também tem o projeto a avançar. E, por fim a terceira empresa irá instalar-se na zona da Caldeirinha e tem o projeto em desenvolvimento. Informou ainda que, duas das empresas já investiram, em conjunto, mais de um milhão de euros nos projetos no concelho de Mação e, se tudo correr como previsto, estas empresas, no seu conjunto, empregarão mais de cem pessoas e isto será uma realidade para o próximo ano.

Relativamente à intervenção do vogal João Filipe, referiu que assina por baixo tudo o que o mesmo disse relativamente às IPSS. Mais referiu que está dito e também escrito o seu agradecimento em nome da Câmara e pessoal aos dirigentes das IPSS, às trabalhadoras e a todas as pessoas que fazem com que esta tranquilidade dos que estão fora e dos que estão dentro seja uma realidade. Mais referiu que também já disse em muitos locais e até a um membro do Governo que vamos ter problemas sérios se os dirigentes das IPSS continuarem a ser “maltratados” por aqueles que os deviam mais apoiar, pois são pessoas que trabalham voluntariamente, que dão o seu tempo, que se atravessam em termos pessoais, que têm de gerir pessoas, que têm de gerir utentes e familiares dos mesmos. Referiu ainda que se deve ter em consideração, no concelho de Mação, e esta é uma matéria para reflexão, a idade média dos dirigentes das IPSS, salvo Aboboreira e Carvoeiro, e perspetivar esta realidade daqui a 10 ou 15 anos não só em Mação mas na maioria dos concelhos do país e ter consciência do problema que aqui está. Referiu ainda que os Governos, independentemente da cor política tiveram muita culpa nisto pois não viam as IPSS como parceiros mas como umas figuras tutelares quase como “empregados” que tinham somente que cumprir regras de funcionamento das instituições. Assim, considera que, ou esta realidade muda ou, dentro de pouco tempo, tem muito receio pelo nosso concelho e pela importância que tem, que não hajam pessoas capazes de dar do seu tempo para fazer aquilo que tão bem têm feito ao longo dos anos. Terminou referindo que a Câmara tem tentado apoiar, vai começar a distribuir mais 10.000 máscaras pelas IPSS para tentar ajudar, assim como com a questão da água que a Câmara tenciona manter a política que vem seguindo há muitos anos, precisamente porque compreende as dificuldades que existem e considera que, da parte do Governo devia haver um olhar muito especial para esta

matéria e, infelizmente, esta questão do covid veio destapar uma série de questões que existiam no nosso país e da importância social destas IPSS.

--- O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins e à questão sobre as faixas de baixa densidade, referiu que a resposta à questão apresentada se encontra nos documentos da presente sessão, nos concursos que vão ser abertos. Mais informou que nas intervenções que vão ser feitas está a tentativa de fazer todas as faixas da área percorrida pelos incêndios, com faixas de primeira e segunda ordem. Mais informou que, nas intervenções na área verde, está a criação de uma faixa de primeira ordem entre o Alto do Pereiro e o Chão de Codes e, sendo que a preocupação expressa pelo vogal José Fernando Martins também era uma preocupação da Câmara e por isso está incluída nos trabalhos a realizar neste concurso. Informou ainda que, com esta medida, a Câmara está a tentar aproveitar este apoio para fazer essa manutenção das faixas e deixar esse trabalho recuperado novamente para o futuro.

Relativamente à intervenção do vogal António Reis e à questão do Campo de Tiro Municipal, informou que o mesmo é uma infraestrutura já com alguns anos, estava a ficar com um aspeto degradado e houve também alterações nas direções, houve alguma perda de dinamismo e, entretanto foi realizada uma reunião entre a Câmara e a Associação de Caçadores no sentido de resolver o problema da degradação que o edifício já apresentava. Mais informou que a referida associação, até para demonstrar que tinha vontade de continuar com a utilização do espaço, prontificou-se a organizar uma atividade de tiro para que não se deixasse de utilizar o espaço. Informou ainda que, desde que o Campo de Tiro foi construído até agora houve alterações legais e atualmente o Campo não cumpre as exigências legais que estavam na sua génese e na altura da construção e, nesse sentido, tentou-se encontrar soluções em conjunto com a Associação de Caçadores com o objetivo do licenciamento e ficou combinado que se ia fazer um esforço no sentido de apoiar a referida associação e tornar o processo viável e proceder ao licenciamento. Informou ainda que a Associação de Caçadores organizou o evento referido e foi quando começou o problema, pois havia um panfleto na rua a dizer que havia uma prova e o prémio era um leitão, mas a ideia era comer o mesmo no último dia em confraternização, só que, havendo publicidade anunciando um prémio, passa a ser uma prova de tiro organizada e, havendo uma fiscalização e encontrando os caçadores numa prova de tiro, as armas têm de estar registadas para o tiro desportivo e a maioria dos presentes têm as armas licenciadas para a caça e para o ato venatório

mas não são atiradores federados e registados como atiradores desportivos. Assim, as armas foram apreendidas pois não estavam licenciadas para tiro desportivo e, de uma coisa sem grande importância, na sua opinião, criou-se ali um problema para todos os atiradores que lá estavam e a Câmara está a tentar, de alguma maneira, a ajudar a Associação de Caçadores a ultrapassar a situação e estamos a proceder às démarches necessárias para que isso aconteça.

Relativamente ao acesso ao miradouro referiu que quando a Câmara fez o miradouro tinha o sonho de ter um acesso ao mesmo digno para levar lá as pessoas por isso é obvio que a Câmara partilha da urgência fazer um acesso digno pois considera que aquele local mais que merece, não só daquele lado mas também para a lagoa pois considera ser um património único que merece ser mais divulgado. Mais referiu que, porventura, a razão de ainda não ter sido feito o referido acesso é porque não seria possível explicar às pessoas do Castelo que tinham os arruamentos a necessitar de intervenção e a Câmara a apostar no turismo mesmo ali ao lado, quando as pessoas não tinham o básico. Referiu ainda que, neste momento, os arruamentos de Castelo e dos Santos estão em boas condições e pensa que, nas próximas intervenções que a Câmara irá realizar em termos de pavimentações significativas, será o acesso ao Miradouro do Bando dos Santos.

Em relação ao Pego da Rainha, referiu que, se não fosse a questão dos incêndios, provavelmente não estaria como está pois estava a ser feita uma aproximação aos proprietários dos terrenos com o acompanhamento do Sr. Presidente da Junta de Envidos, a Câmara estava também a programar uma intervenção mas aconteceram os incêndios e, naturalmente fez-se um interregno no processo. Referiu ainda que, sem sombra de dúvida, este é um local com enorme potencial mas temos de olhar sempre para o mesmo e, para o preservar, não como um local onde se leve muitas pessoas, mas como um local que se deve valorizar, aumentar a segurança, sem destruir as qualidades paisagísticas e ambientais naturais que tem e por isso tem de ser uma intervenção muito equilibrada nestes sentidos.

---O vogal José Fernando Martins apresentou o seguinte requerimento à Mesa da Assembleia:

“ Os vogais desta Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, e em face de todas as informações e questões que tem vindo a público relacionadas com os assuntos de fornecimento de água e tratamento de resíduos, questão que envolve a empresa

pública Tejo Ambiente, vem solicitar, para que seja requerida a presença do seu Administrador, na próxima Assembleia Municipal.”

--- O vogal Duarte Marques intervém para referir que a bancada dos eleitos do Partido Social Democrata concorda com o requerido pelo Partido Socialista e acrescenta que, para além do Administrador da empresa Tejo Ambiente, estivesse também presente o seu Presidente da empresa pois pode ser útil para a conversa.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa entregou ao vogal António Reis as respostas aos seguintes pedidos de informação:

- “Informação sobre a retirada de materiais com amianto do antigo quartel dos Bombeiros e cópia dos respetivos recibos de entrega.”
- “Informação sobre apoio da Câmara ao Centro Paroquial de Amêndoa.”
- “Todos os subsídios e demais receitas, vindos do estado de diversas instituições, com destino à floresta seja para reflorestação ou florestação e, para a proteção de incêndios, incluindo os veículos da proteção civil desde 2003.”

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente informou que estão praticamente concluídas as obras da requalificação do antigo Quartel dos Bombeiros para instalação do CAO e, provavelmente em novembro será realizada a vistoria final da Segurança Social, entidade da Saúde e também da Proteção Civil para que o edifício seja licenciado, e, se tudo correr como esperado, poderá estar em funcionamento no início do próximo ano. Mais informou que está a ser montado o estaleiro para o início das obras de requalificação do Cine Teatro, que terá um prazo de obra de 270 dias. Informou também que foi lançado concurso para a requalificação das piscinas municipais descobertas e o mesmo, infelizmente, ficou deserto. Informou ainda que, provavelmente no início da próxima semana terão início as obras nos passadiços de Ortiga, tendo sido hoje mesmo, realizada uma reunião de obra no local. Agradeceu a colaboração da Junta

de Freguesia de Ortiga na instalação do estaleiro que a empresa solicitou. Informou ainda que, no próximo dia 13 de outubro se realizará uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para eleição do Presidente da CCDRLVT. Mais informou que, no passado sábado foi inaugurada a Grande Rota, uma iniciativa da ACROM de Mouriscas, que contou com a colaboração dos municípios de Abrantes, Mação e Sardoal, projeto que considera importante para região e para o nosso concelho. Continua referindo que, com o CAO e com alguns investimentos que estão a acontecer na zona industrial e mais um ou outro que se perspetivam, temos boas hipóteses de, no próximo ano, serem criados mais de uma centena de postos de trabalho. Termina fazendo um elogio público por tudo o que foi feito no âmbito do concurso das 7 Maravilhas da Cultura Popular, nomeadamente com as velas de Cardigos e o Picareto de Ortiga e a todos aqueles que, de alguma forma colaboraram com essas duas candidaturas em especial mas também com todas as outras, e que, com a vitória distrital do Picareto, o nosso concelho tivesse a projeção que teve durante aquela transmissão.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise e eventual deliberação sobre contratação de empréstimo a médio e longo prazo no âmbito do IFRRU2020.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a Câmara traz à Assembleia o pedido de autorização de contratação de empréstimo no valor de 339.070,40€ para a obra do Cine Teatro e este é um empréstimo peculiar, no âmbito do IFRRU e a razão para a sua justificação e para o mesmo ser aprovado é que o IFRRU é um programa com dinheiros comunitários, e é uma forma que a Câmara tem para que aquela obra possa ser participada em mais de 50% por fundos comunitários. Mais informou que era acomodável, por parte da Câmara fazermos esta obra sem recurso ao financiamento bancário mas houve esta necessidade e, durante o curso da obra se verá se há necessidade de recorrer ao empréstimo. Mais informou que foi feita auscultação ao mercado e foi feita ao Banco BPI, ao Banco Millennium e ao Banco Santander pois são as únicas 3 entidades bancárias que têm acordo com o IFRRU para este efeito, tendo sido somente o Banco BPI a responder e a apresentar uma proposta para a contratação deste empréstimo, que propõe seja aprovada.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, e tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade aprovar a contratação de empréstimo, de médio e longo prazo – IFRRU2020, num montante de 339.070,40€ (trezentos e trinta e nove mil, setenta euros

e quarenta cêntimos), com o Banco BPI, S.A., no âmbito do Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU2020).

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Discussão e votação de proposta relativa a prorrogação de prazo – Transferência de Competências nos termos do Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que foi aprovada por maioria na Câmara a seguinte proposta que agora é presente à Assembleia Municipal:

“Nos termos do Dec. Lei nº 56/2020, de 12 de agosto, que altera o Dec. Lei nº21/2019, de 30/1 e o Dec. Lei nº23/2019 de 30/1 e nos termos do artigo 76º nº3 e 28º nº2 e nº3 (nova redação) dos referidos Decretos-Lei, proponho que a Câmara Municipal de Mação não aceite as competências na área da Educação e Saúde, respetivamente no ano 2021, prorrogando assim a assunção dessas competências até 31 de março de 2022.”

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com nove votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Discussão e votação de proposta relativa a prorrogação de prazo – Transferência de Competências nos termos do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto.**

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que foi aprovada por maioria na Câmara a seguinte proposta que agora é presente à Assembleia Municipal:

“Nos termos do nº 24, nº 3 a) do Dec. Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, proponho que a Câmara Municipal de Mação não aceite as competências na área da Ação Social, respetivamente no ano 2021, prorrogando assim a assunção dessas competências até 31 de março de 2022.”

O Sr. Presidente informou que as propostas dos pontos 3) e 4) decorrem de uma questão de coerência da postura da Câmara de só aceitar estas competências no limite do prazo pois entende que há demasiadas “pontas soltas” nestas áreas, sendo que nesta da Ação Social nada se sabe, e também devido à fase que o país está a viver que seria a pior para se entrar num processo desta natureza. Referiu que tem dito, desde sempre, que a Câmara não tem nenhuma pretensão de mandar em tudo e considera, acima de tudo, que as populações e os destinatários destes serviços não estão a ser

prejudicados pela situação atual e a Câmara não tem reclamações de ninguém por estes serviços não estarem sob a alçada do município. Referiu ainda que, se algo acontecer neste período temporal e se ainda for Presidente da Câmara, a mesma terá de reavaliar o assunto, bem como a Assembleia Municipal.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao ponto 3) e ao ponto 4), no modelo de descentralização que está em curso, as Câmaras que aceitaram as competências, o processo está a correr mal como era expectável e, na sua opinião pessoal, é uma fraude, face ao que é anunciado aos Presidentes de Câmara, tendo os mesmos sido enganados em muitos destes aspetos pois foi-lhes prometido um conjunto de meios, verbas e competências e depois, na prática têm as competências mas não têm os meios e considera que seria uma irresponsabilidade a Câmara Municipal de Mação alinhar numa descentralização feita assim, a “martelo”, pois as Câmaras que se chegaram à frente no modelo atual ficaram com as competências sem as verbas correspondentes. Mais referiu que considera que a própria Associação Nacional de Municípios teve uma participação que, no seu entender, ficou muito aquém daquilo que era a defesa dos interesses dos municípios. Mais referiu que considera que a descentralização é importante, é fundamental, é o caminho a fazer, e as Câmaras têm de ganhar competências nestas áreas mas têm de ganhar também os meios. Termina referindo que têm a consciência clara que este modelo de descentralização vai ser afinado, vai ser alterado e Mação, felizmente, vai entrar numa segunda fase e não naquela primeira que tem sido prejudicial para as Câmara e para as pessoas.

--- O vogal José Fernando Martins intervém referindo que os eleitos do Partido Socialista votam contra as propostas do ponto 3) e do ponto 4) também em coerência com aquilo que têm vindo a votar porque entendem que, em algumas matérias, e porque isto não obriga que sejam aceites todas as competências ao mesmo tempo, estrategicamente para o concelho, era importante que se fossem assumindo algumas competências porque em algumas matérias como a Educação, a Saúde e a Segurança, a Câmara tem “as mãos e os pés” lá dentro e ainda bem porque participa grandemente nas mesmas e não teria qualquer dificuldade em assumir essas competências.

--- O vogal João Filipe refere que se falou em coerência dos dois lados e se, efetivamente, não tem acontecido este problema da pandemia, a Câmara Municipal tinha recebido hoje, todas as competências que estavam previstas, só tendo havido prorrogação para 2022 por força do problema que, entretanto está a preocupar muito mais a sociedade. Mais referiu que, de qualquer forma também tem conhecimento e

considera muito importante que, dentro dessa linha, também partilham o que foi dito pelo vogal Duarte Marques que é o seguinte, já estão previstos alguns pormenores no que respeita às transferências de recursos humanos e financeiros. Referiu ainda que, se efetivamente, e foi publicado em 2019, as autarquias consideram aqueles valores insuficientes, é nos locais próprios que têm de combater esse facto porque nós, ou defendemos a descentralização de competências ou estamos calados e assumimos que, a nível central, toda a gente que está nos gabinetes decide sobre aquilo que se passa no terreno e daí a coerência que os eleitos do Partido Socialista sempre tiveram de que devem vir as competências e, se for verificado por quem está no terreno, que os recursos humanos e financeiros não são os suficientes, então, há locais próprios onde isso tem de ser discutido, não só para o presente mas também numa perspetiva de futuro também pois há responsabilidades tremendas que têm custos, inclusivamente eleitorais. Termina referindo que os eleitos do Partido Socialista votam contra em coerência com aquilo que defendem que é que deve haver descentralização de competências e se os recursos humanos e financeiros não forem os suficientes, a Câmara pode contar com o seu apoio na luta para que venham a ser.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, respeitando a coerência da votação do Partido Socialista, chama a atenção para tentarem saber se, nos casos em que as Câmaras já assumiram a transferência de competências, as coisas melhoraram e, temos alguns concelhos perto de nós que já fizeram esse caminho, nomeadamente Sardoal e Vila de Rei e verificamos que há algum desencanto por quem tomou essa decisão. Mais referiu que todos nós somos a favor da transferência de competências, todos nós encontramos, no projeto e na ideia, não na concretização, algo positivo, mas algo diferente é aquilo que está a acontecer pois não houve tempo para a maturação nem para a discussão bilateral dos municípios e o Poder Central. Deixa a questão sobre porque não envolver as comunidades da Educação, da Saúde, da Ação Social, na discussão para se perceber como funcionam, como estão organizadas e a forma como irá alterar pois considera que esta discussão seria muito importante pois corremos o risco de estragar o que está feito com a ideia de mudar só porque tem se de fazer a transferência de competências e esse não deve ser o caso. Referiu ainda que deve haver tempo para discutir e, se a pandemia trouxe alguma coisa menos má, foi obrigar a haver este tempo que, eventualmente, vai servir para alterar os normativos legais e, eventualmente, dar mais voz a quem a deve ter.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com nove votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Discussão e votação de proposta de abertura de Concurso Público Internacional para “Aquisição de Serviços de Prevenção da Floresta Contra Agentes Abióticos – Instalação e Manutenção de Faixas de Gestão de Combustível.**

--- O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que vai falar do ponto 5) e do ponto 6) pois estão interligados e, em primeiro lugar, importa explicar que estes projetos se desenrolam agora. Mais informou que o projeto do ponto 5) foi um projeto que a Câmara tinha apresentado antes dos incêndios de 2017, encontrava-se em análise e era muitíssimo maior do que hoje aqui está proposto, que são cerca de 300.000,00€ mas o que acontece é que muitas das áreas em que a Câmara pretendia fazer as faixas e obter apoio para as construir, deixaram de estar dentro do critério de elegibilidade em virtude dos incêndios de 2017, o que faz com que este projeto agora seja um pouco disforme porque na realidade cortou-se grande parte das áreas que até eram prioritárias e ficaram apenas as áreas que não foram atingidas pelos incêndios de 2017. Mais referiu que este projeto é chamado projeto área verde que tem como objetivo a construção das faixas da área não ardida até ao momento. Relativamente ao ponto 6) referiu que muitas das intervenções que aparecem no ponto 6), a Câmara tinha-as projetado no ponto 5) anteriormente e foram cortadas e agora, utilizando uma medida que não é bem a correta, pois este é uma medida de estabilização pós incêndio, estamos a tentar fazer as mesmas coisas. Mais referiu que é obrigatória a construção das faixas que estamos habituados a ver em Mação, dos 10 e dos 15 metros, ao longo das estradas municipais e isso que era uma coisa nossa, hoje é obrigação de todas as Câmaras, em todo o país e para todas as estradas alcatroadas. Mais referiu que, com este projeto das áreas ardidas, ponto 6), estamos a utilizar uma medida financeira que não foi bem pensada para este efeito e utilizamo-la para, por exemplo, substituir as sinaléticas que arderam e que ainda não foram repostas pois estão incluídas aqui, nomeadamente dos estradões e alguma sinalética da caça, e também a substituição de tubos de estradões que arderam e que vão ser substituídos neste projeto. Mais informou que a gestão do projeto vai ser no sentido do grosso da intervenção ser a construção das faixas ao lado das estradas e se executássemos um projeto logo de imediato a

seguir ao incêndio, ao lado das estradas não ia haver combustível nenhum, a seguir nasciam os pinheiros e ficávamos com uma intervenção perdida e, nesse sentido tentámos atrasar a execução, deixar crescer os pinheiros que agora já estão nascidos e agora realizar a intervenção e esta regeneração de pinheiro bravo fica feita ao longo destas estradas todas e fica aumentado em muito o tempo de duração desta intervenção. Terminou referindo que estes procedimentos são bastante exigentes e tivemos de nos preparar em termos burocráticos bastante bem, tivemos de mandar elaborar o caderno de encargos e tudo isso também levou bastante tempo mas o principal foi efetivamente uma gestão de forma a atrasar ao máximo a execução da empreitada para dela tirarmos o maior partido possível.

---O vogal António Cardoso Lopes informou que não teve acesso ao caderno de encargos pois os correios ainda não lhe entregaram a documentação enviada mas teve todos os outros documentos por email e quando procurou os incêndios de Alvaiázere e Várzea de Cavaleiros na internet foi direcionado para o PDR 2020. Mais referiu que notou uma coisa que tem defendido e que, em 2017 pensou que, no meio da desgraça vem uma oportunidade para a questão das Zif's pois os proprietários não foram aderentes no passado por, por exemplo pensarem que os seus pinheiros davam mais rendimento que os dos outros, mas agora todos ficaram sem nada e com certeza serão aderentes das Zif's agora muito mais facilmente. Referiu ainda que, a questão da promoção das Zif's é muito difícil em concelhos que não têm cadastro porque não se sabe de quem são as propriedades mas esse problema não existe em Mação pois tem um bom cadastro e por isso são conhecidos todos os proprietários e, portanto, aqui não há desculpa para não se enveredar por esse tipo de trabalho. Mais referiu que o PDR 2020 estava completamente direcionado para as Zif's, inclusivamente a fórmula de classificação dos processos dos pedidos de apoio que entrarem, vê-se que são direcionados às Zif's e este deverá ser um trabalho encetado pela autarquia, nomeadamente pelos serviços do Gabinete Florestal, já não para esta candidatura pois a mesma ocorreu em 2017 mas será seguramente para todos os problemas que vierem a jusante disto e que, nessa altura as Zif's poderão estar constituídas porque as pessoas estão agora sem nada e, por isso, mais recetivas a entrar nas Zif's.

--- O Sr. Vereador António Louro refere que está totalmente de acordo com o vogal António Cardoso Lopes e essa tem sido a postura e perspetiva da Câmara desde sempre. Mais referiu que a Câmara de Mação tem sido extremamente ambiciosa e poderão confirmar isso no documento entregue sobre a proposta do projeto piloto e a

perspetiva é que a gestão conjunta através das entidades que agregam proprietários é essencial para dar esse passo e a concordância do estado com isto é evidente nas medidas que o estado colocou à disposição e pôs na rua. Mais referiu que, hoje, quem lê os inteiros das medidas percebe que aquilo que era uma linguagem muito nossa em 2003, hoje é a linguagem do país, nomeadamente a gestão conjunta, a necessidade do ordenamento, ganhar escala, criar entidades de tipo empresarial que giram o território, e é assumida hoje pelas mais altas instâncias do país. Mas nada disto acontece sem meios e recursos financeiros adequados e, se o discurso já está 100% correto, os recursos financeiros ainda não estão, no entanto, nós temos tentado estar em articulação com o Sr. Secretário de Estado das Florestas, que partilha toda esta preocupação e as ideias que defendemos e temos alertado que o modelo financeiro ainda não chega, ainda não é correto. Termina referindo que pensa que teremos novidades nos próximos dias e rapidamente seja possível dar um passo no sentido de retomar e aproveitar o tempo que se está a perder e que é demasiado precioso, dado o enquadramento mental que as pessoas tinham e que começam a perder.

---O vogal José Fernando Martins, relativamente à questão das barreiras, solicita informação se três situações concretas, que não são decorrentes dos incêndios mas da depressão Elsa, estão incluídas neste projeto, que são o estradão que liga Louriceira ao Cerro, junto à escola de Louriceira, que se encontra intransitável porque a barreira caiu, em Chão de Codes, o estradão que liga a estrada nacional que vai para Abrantes e que liga a estrada que vai para Louriceira, o estradão, que é basicamente uma circular de segurança, está todo desabado e está perigoso, e, em Aboboreira, o estradão que vem do cimo da Lameira, paralelo à estrada para Aboboreira, junto às antigas nascentes e que vem ter à saída de Aboboreira para Penhascoso tem zonas do estradão que desabaram e foram ter aos ribeiros. Mais informou que a depressão Elsa teve grande impacto naquela zona de Aboboreira, tendo levado grande parte das paredes das propriedades, nomeadamente na Ribeira do Codes, na Ribeira de Aboboreira e até na Ribeira do Caratão. Solicita ainda informação sobre se estes problemas não estiverem contemplados no procedimento, se haverá algum apoio previsto para que estes problemas possam ser resolvidos.

--- O Sr. Presidente intervém para, em resposta ao vogal José Fernando Martins, informar que, na próxima terça-feira, os representantes das autarquias que foram mais atingidos pela depressão Elsa vão ser recebidos pelo Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, precisamente para colocar este assunto. Mais informou que foi

colocado um pedido ao Governo no sentido de saber que ajudas é que poderiam vir para estes concelhos, nomeadamente do Médio Tejo, que, no seu conjunto tiveram 7 a 8 milhões de euros de prejuízos, mas não tem havido grande abertura por parte do Governo para resolver os problemas e esperamos, na próxima terça-feira, ter novidades sobre esta matéria. Informou ainda que isso não invalida que a Câmara assuma alguma responsabilidade e resolva estas questões mais concretas que fazem todo o sentido.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: 6) **Discussão e votação de abertura de Concurso Público Internacional PDR 2020 – Fase 1 – Estabilização de Emergência para o Município de Mação na área percorrida pelos Incêndios de Alvaiázere e Várzea de Cavaleiros.**

--- O Sr. Presidente da Mesa referiu que este ponto já foi discutido e, por isso, seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: 7) **Discussão e votação de proposta de reforço do Acordo de Execução celebrado entre o Município de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que foi aprovado neste órgão um Acordo de Execução celebrado entre o Município de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga, antes de ter surgido a pandemia covid 19 e depois dessa data muitas coisas aconteceram e, na Ortiga, durante este verão verificou-se um grande aumento de visitantes ao espaço da praia fluvial e zona envolvente e, com a situação do covid 19 e, para que tudo corresse bem, surgiram outras necessidades de desinfeções e foi necessário proceder a contratações que não estavam previstas, durante a época balnear e verifica-se a necessidade de um reforço de verba para fazer face a esse aumento de encargo não previsto. Assim, propõe que a Câmara conceda um reforço de verba do Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Ortiga, no montante de 3.060,00€ (três mil e sessenta euros).

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que, pessoalmente, vota favoravelmente esta proposta. Continuou referindo que considera que a informação

deste ponto, que necessita de decisão por parte desta Assembleia, é insuficiente e porque não vem nenhuma explicação clara sobre os motivos do pedido. Mais referiu que foi aprovado aqui, e muito bem, um Acordo de Execução celebrado entre o Município de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga, para que a mesma executasse a limpeza no espaço da praia fluvial de Ortiga, no valor encontrado entre as duas entidades. Entretanto foi concessionado o Bar da praia fluvial de Ortiga e, no caderno de encargos elaborado pela Câmara, é mencionado que, para efeitos de limpeza diária, o espaço a considerar inclui balneários, casas de banho e plano de água delimitado pela barreira de proteção existente. Questionou se não estarão aqui a ser duplicados um pouco os apoios nesta matéria. Questionou ainda sobre como é que estes trabalhos foram adicionados à Junta de Freguesia e se foi por ter havido trabalhos adicionais, não foi disponibilizado nenhum relatório que o justifique. Considera que falta nesta documentação uma justificação da entidade a explicar porque é que o trabalho não é feito por uma e foi feito pela outra para esta Assembleia perceber o que é que está aqui a apoiar.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques informou que o serviço que foi prestado pela Junta de Freguesia de Ortiga foi o de desinfeção no âmbito do covid 19, que tinha de ser feita em permanência, durante todo o dia, após cada utilização dos balneários e das casas de banho e o serviço do concessionário era de limpeza, o que compreendia intervenção duas vezes por dia e o que está aqui em causa era desinfeção permanente conforme normas da saúde.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Os eleitos do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:

“ Ponto 7 - Discussão e votação de proposta de reforço do Acordo de Execução celebrado entre o Município de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.

A bancada do Partido Socialista vota favoravelmente mas deixa a recomendação para que exista mais rigor na elaboração dos Cadernos de Encargos para as concessões pois na cláusula 30ª do caderno de encargos da concessão daquele espaço este tipo de trabalho já está previsto e a ser desempenhado por quem ficasse com a concessão. Nem tudo se justifica pelo covid 19, uma vez que quando esta concessão foi feita, o mesmo já existia.”

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: 8) **Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concurso Público por Lotes, para a Prestação de Serviços de Transporte de Alunos, no ano letivo de 2020/2021.**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de felicitações ao Dr. Diretor do Agrupamento de Escolas e à equipa que com ele trabalha porque as questões da educação, nos tempos que correm, são de extrema dificuldade de se gerirem.

Em relação aos transportes escolares, todos estes assuntos já deveriam estar mais que encerrados, mas por força da incerteza que reinou até às datas próximas do início do ano letivo, seria de todo impossível elaborar este concurso e colocar em funcionamento qualquer solução pois não dispúnhamos de toda a informação necessária para elaborar um trabalho desta dimensão. Mais informou que o concurso que está aqui a ser proposto é muito idêntico ao que foi aprovado e que funcionou bem nos anos letivos anteriores, sendo que agora se prevêem, com os ajustes que foram necessários, aumentos na ordem dos 15% nos custos que o município irá suportar com os transportes escolares. Informou ainda que a Câmara, no sentido de gerar alguma poupança, decidiu ela própria prestar dois dos serviços que eram prestado por terceiros pois possui veículos e pessoal com aptidões para dar resposta a dois circuitos e assim conseguiu gerar alguma poupança. Informou ainda que são transportados 328 alunos e o custo que a Câmara suporta com os transportes andarà na ordem dos 300.000,00€. Terminou informando que se pretende que este concurso venha a produzir efeitos a partir do início de novembro e, neste momento está a funcionar uma solução provisória e transitória desde o início do ano letivo até ao final de outubro.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que elaborar um plano de transportes e um concurso de transportes escolares num concelho como o de Mação é algo extremamente complexo e, neste momento então, é muito mais complexo. Continuou informando que a Câmara não tinha a informação necessária, em tempo útil pois as matriculas foram feitas online, na plataforma, que apresentou muitos problemas, não tinha a ficha dos transportes e por isso não havia informação para dar à Câmara, absolutamente necessária para a elaboração deste concurso e a acrescer a isto estavam previstos três modelos de aulas, presenciais, semi presenciais e à distância e poder-se-ia passar de um modelo para o outro de um dia para o outro, o que faz com que a Câmara não pode assumir compromissos para todo o ano letivo, uma vez que tudo pode

mudar de um dia para o outro e, daqui já se pode ficar com uma ideia da complexidade deste procedimento. Termina deixando uma palavra de reconhecimento a todos os envolvidos na organização deste procedimento pois, de certeza que foi feito com muita dedicação e muito trabalho para que, num tempo record, o mesmo estivesse devidamente organizado.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação de proposta de Acordo de Financiamento dos Serviços de Transportes Públicos Essenciais – Médio Tejo – Período Escolar Set / Dez 2020.**

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que, neste ponto, se está a falar de serviço público de transportes públicos essenciais, basicamente o que aqui está em causa é um princípio de acordo que está estabelecido entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as Rodoviárias da Beira Interior e do Tejo para que seja possível manter os serviços públicos de transportes essenciais, nomeadamente aqueles que têm estado em funcionamento no período homólogo do ano anterior. Mais informou que, estando finalizadas as concessões e estando num momento de lançamento de novas concessões de transportes, é importante que se mantenham os serviços públicos de transportes essenciais. Informou ainda que, fruto de todo este problema que estamos a viver da pandemia, os operadores de transportes estão a apresentar prejuízos muito elevados e estão, de alguma forma a solicitar compensação pela eventual perda de receita que possa vir a acontecer. Informou ainda que, aquilo que aqui está previsto é que, no caso de se verificarem os prejuízos, os mesmos possam ser assumidos pela Comunidade, ou seja, pelos municípios. Mais informou que é intenção da Câmara e da Comunidade e é a expectativa da Câmara que, através dos programas que o Governo lançou, seja possível colmatar este eventual deficit que as transportadoras nos venham a reportar mas, caso assim não aconteça, terá de ser feito um investimento por parte dos municípios de acordo com o anexo 2 do documento, onde está a percentagem do valor que cada um terá de suportar, de acordo com os quilómetros que são efetuados pelas transportadoras nos respetivos concelhos.

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0,30% de IMI para 2021;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por maioria em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência vêm propor em 0,30% a taxa do IMI para os prédios urbanos em 2020, nos termos do artigo 112 nº1 c) do CIMI.”

---O vogal António Cardoso Lopes refere que, nesta questão da taxa de IMI, genericamente tem-se verificado que muitos municípios têm entendido que há necessidade de reduzir esta tributação e tem-se verificado que mais de metade aplicam já a taxa mínima de 0,3% e há apenas um que subiu no ano passado, que foi Castro Marim. Mais referiu que há outras isenções que estão diretamente indexadas e aí não seria necessário fazer levantamento, nomeadamente as famílias com rendimentos inferiores a 15.300,00€ e com casas com valor patrimonial de 66.500,00€, o que vem logo, o IMI isento até 3 anos se o rendimento for inferior a 103.000,00€ anuais e se for adquirido um imóvel abaixo dos 125.000,00€ e os imóveis destinados a reabilitação, com isenção até 35 anos e, neste caso, refere que podia haver alguma publicitação da parte da Câmara para estes promotores e há um trabalho em termos de cadastro que a Câmara deverá fazer pois, embora as pessoas vão colher um benefício disto em termos de IMI, também há uma recuperação de património que interessa a todos. Mais referiu que há também desconto de IMI para os prédios arrendados que poderão ter uma redução até 20%, previstos no artigo 112º do CIMI e os imóveis da classe energética A ou superior, que tenham tido uma classificação, e aqui também há intervenção da Câmara, com subida de duas classes após obras de melhoramento, poderão ter 25% de desconto no IMI durante 5 anos e poderá haver também um desconto de 30% no IMI em áreas de reabilitação urbana ou combate à desertificação, que foi aplicado no concelho de Mação durante vários anos. Referiu ainda que, do seu ponto de vista poderia e deveria ser novamente tomado em consideração porque esta desertificação, também ela se vai verificar talvez de uma forma mais acentuada por causa da situação dos incêndios mas, fundamentalmente, as pessoas tiveram uma perda de rendimento no sector agro - florestal por causa dos incêndios e aqui, talvez a Câmara devesse encarar essa hipótese

de manter durante mais algum tempo a questão da minoração do IMI. Termina referindo que julga que se justificaria que esta taxa do IMI recuperasse aquilo que foi a política de anos anteriores, que teve um desconto de 16,6% no início e de 8,3% em anos posteriores e agora não tem essa minoração, que teria como justificação para ser reposta agora, durante uns anos, a perda de rendimento no sector agro – florestal causada pelos incêndios e a injeção de capital no orçamento da Câmara em consequência dos incêndios.

--- O vogal Daniel Jana referiu que sabe que não é possível fazer diferenciação dentro do próprio concelho, mas considera que deveria haver uma distinção para quem se pretende fixar no interior do concelho, talvez não propriamente na taxa de IMI mas talvez uma redução específica para quem se queira fixar pois isto é um problema, com a desertificação cada vez mais acentuada no interior do concelho.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

---O vogal António Cardoso Lopes apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Numa altura em que o orçamento camarário subiu cerca de 5 milhões de euros por causa dos incêndios, os quais originaram a perda de rendimento dos proprietários florestais, justificava-se que lhes fosse concedida uma bonificação da taxa de IMI. Não lhes sendo concedida essa bonificação, poderão os mesmos sentirem-se duplamente penalizados pela perda de rendimentos agro – florestal e agravamento da taxa do IMI devido à perda de bonificação que vinha sendo aplicada.”

---O Sr. Presidente intervém para informar que o orçamento da Câmara não subiu 5 milhões de euros por causa dos incêndios e dito dessa maneira é quase como uma ofensa. Mais refere que não compreende onde é que o vogal António Cardoso Lopes viu que o orçamento subiu 5 milhões de euros por causa dos incêndios, o que houve foi um conjunto de verbas fruto do Fundo de Emergência Municipal para fazer face aos incêndios, o orçamento municipal não subiu rigorosamente nada nessa medida. Mais referiu que, infelizmente, os proprietários florestais atingidos pelos incêndios de 2017, à exceção dos de Carvoeiro, há anos que grande parte deles não tiravam quase nada da floresta e muito do que ardeu era dos incêndios de 2003, por isso o argumento apresentado não colhe. Mais referiu que era bom enquadrar isto com esse conjunto todo de incentivos fiscais que o vogal António Cardoso Lopes referiu que estão previstos na Lei, mas também muitos daqueles apoios que a Câmara dá e que suporta,

nomeadamente aos idosos, que são muitos destes proprietários florestais e basta dizer os 25% na tarifa da água, independentemente agora do custo da mesma. Referiu ainda que as coisas não podem ser vistas isoladamente e não pode passar em claro esta afirmação que o orçamento da Câmara aumentou 5 milhões de euros, o que não corresponde à verdade.

--- O vogal António Cardoso Lopes refere que é verdade que, fazendo a diferença entre aquilo que era o orçamento normal para o último que foi aprovado, é uma aritmética simples mas é claro que este valor é para recuperação de infraestruturas que se perderam nos incêndios mas também, no seu ponto de vista, poderia haver aqui uma atenção com a minoração da taxa que acaba por ser uma insignificância em termos de verba mas era até uma forma de apontar aos proprietários que a Câmara estava a ajudar nesta fase.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Discussão e votação de proposta de lançamento de taxa de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos Passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação;**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência propõem:

- Lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável a sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação, nos termos do artigo 18º n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.”

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que por uma questão de coerência com a sua posição em anos anteriores, na sua opinião, considera que as empresas com sede social no Concelho de Mação, que tenham lucros significativos e que usufruem das infraestruturas que o município lhe deu para gerar esse lucro, também deveriam pagar derrama pois se o seu lucro foi gerado no nosso concelho, seria lógico que também deveriam contribuir para as finanças do município.

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **12) Discussão e votação de proposta de fixação em 2,5% a participação variável do IRS a liquidar em 2021;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência propõem fixar em 2,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2021, com referência aos rendimentos dos Municípios do ano de 2020.”

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 13) da Ordem de Trabalhos: **13) Discussão e votação de proposta de redução de taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência propõem:

Fixar a seguinte redução no IMI, nos termos do artigo 112º- A do CIMI para agregados familiares, atendendo o número de dependentes:

- 1 dependente, dedução fixa de 20€;
- 2 dependentes, dedução fixa de 40€;
- 3 ou mais dependentes, dedução fixa de 70€.”

--- Seguidamente o ponto 13) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 14) da Ordem de Trabalhos: **14) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência propõem:

- Devolver o montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;”

--- Seguidamente o ponto 14) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 15) da Ordem de Trabalhos: **15) Discussão e votação de proposta de devolução do dobro do montante pago em IMI às Entidades Gestoras de ZIF;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência, Vasco Marques e Margarida Lopes, propõem:

- Devolver, em dobro, o montante pago de IMI às Entidades Gestoras de ZIF.”

--- Seguidamente o ponto 15) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 16) da Ordem de Trabalhos 16) **Análise de Relatório de Auditoria do Revisor Oficial de Contas referente ao 1º semestre de 2020.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, o Relatório é claro, no cumprimento da Lei, o ROC faz a análise da situação patrimonial e financeira da Câmara e considera que esta análise deixa a Câmara confortável, realçando a diminuição em mais de 300.000,00€ da dívida a fornecedores.

Referiu que se verificou um reforço de transferências para as IPSS, associações e outras entidades de mais de 47.000,00€. Mais referiu que, neste momento, a Câmara está com uma capacidade de endividamento muito perto dos 13 milhões de euros, que considera ser também um dado positivo. Referiu ainda que há também neste relatório algumas notas menos positivas, nomeadamente alguns procedimentos que não estão ainda afinados da forma que deveriam estar, em termos administrativos e que devem ser corrigidos e que a Câmara reconhece não ser o que desejava mas que, efetivamente

ainda aparecem no relatório, malgrado a evolução que se tem verificado, é um facto indesmentível.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----